

## **Provisão e Ampliação da Habitação Popular**

*Provision and Expansion of Popular Housing*

*Provisión y Ampliación de la Vivienda Popular*

### **Verônica de Freitas**

Professora Mestra, IFSP- Câmpus Presidente Epitácio, Brasil  
veronica@ifsp.edu.br

### **Bruna Bessa Rocha Yano**

Professora Mestra, Unoeste - Universidade do Oeste Paulista, Brasil  
arquiteturabessa@gmail.com

## RESUMO

Este artigo visa contribuir para uma análise crítica sobre a provisão da habitação popular e os estratos socioeconômicos, de forma a abordar o acesso à casa própria (algo inculcado em nossa cultura), juntamente com a luta para aquisição deste anseio e verificar os aspectos da ampliação da moradia, devido à área da casa ser reduzida. O objetivo é compreender como se resolve a carência habitacional visto que as principais famílias, com renda entre zero e cinco salários mínimos, não são atendidas plenamente pelo programa do poder público federal no que tange aos subsídios da habitação de interesse social. Assim, este trabalho busca dialogar sobre as formas de aquisição da habitação de interesse social pelo trabalhador e relatar como aqueles que estão à margem dos programas do Governo Federal solucionam a questão do acesso a casa própria. Verifica-se que alguns meios para o acesso à moradia são anticapitalistas, tornando-se uma luta constante, na qual as famílias, com baixo poder aquisitivo, resolvem sozinhas a problemática habitacional ou com auxílio de parentes, amigos e vizinhos, por meio da solidariedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação Popular. Habitação Interesse Social. Carência Habitacional.

## ABSTRACT

This article aims to contribute to a critical analysis of the provision of popular housing and socioeconomic strata in order to approach access to the home (something instilled in our culture), together with the struggle to acquire this desire and verify the aspects of the expansion of the dwelling, due to the area of the house being reduced. The objective is to understand how to solve the housing shortage since the main families, with income between zero and five minimum wages, are not fully met by the federal public power program regarding social housing subsidies. Thus, this paper seeks to discuss the ways of acquiring housing of social interest by the worker and to report how those who are on the fringes of Federal Government programs solve the issue of home ownership. It has been verified that some means for access to housing are anticapitalist, becoming a constant struggle, in which families, with low purchasing power, solve alone the housing problem or with the help of relatives, friends and neighbors, through solidarity.

**KEY WORDS:** Popular Housing. Housing Social Interest. Housing shortage.

## ABSTRACTO

Este artículo pretende contribuir a un análisis crítico sobre la provisión de la vivienda popular y los estratos socioeconómicos para abordar el acceso a la casa propia (algo inculcado en nuestra cultura), junto con la lucha para adquirir este anhelo y verificar los aspectos de la ampliación de la vivienda, debido al área de la casa ser reducida. El objetivo es comprender cómo se resuelve la carencia habitacional ya que las principales familias, con ingresos entre cero y cinco salarios mínimos, no son atendidas plenamente por el programa del poder público federal en lo que se refiere a los subsidios de la vivienda de interés social. Así, este trabajo busca dialogar sobre las formas de adquisición de la vivienda de interés social por el trabajador y relatar como aquellos que están al margen de los programas del Gobierno Federal solucionan la cuestión del acceso a casa propia. Se observa que algunos medios para el acceso a la vivienda son anticapitalistas, convirtiéndose en una lucha constante, en la que las familias, con bajo poder adquisitivo, resuelven por sí solas la problemática habitacional o con ayuda de parientes, amigos y vecinos, por medio de la solidaridad.

**PALABRAS CLAVE:** Vivienda Popular. Vivienda Interés Social. Carencia Habitacional.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa conhecer os meios de provisão e ampliação da habitação popular, com enfoque na população que compõem o déficit habitacional do país e promover uma análise sobre as formas de acesso à habitação de interesse social. Visa também conhecer as soluções adotadas pelas famílias que não são contempladas pela produção da moradia social.

Para a realização desta análise, é necessário resgatar como o poder público trabalha a questão da acessibilidade à casa própria no Brasil e conhecer as origens dos problemas habitacionais, que se inicia com a migração da população campestre para a cidade.

Este fenômeno urbano desloca as populações do campo para a cidade, contribuindo com o crescente processo de urbanização<sup>1</sup>, que influencia no crescimento da população, por conseguinte, no modo de produção, que utiliza o sistema capitalista e a dinâmica do mercado de trabalho.

Esta população passou a ser acomodada nas cidades em alojamentos, cortiços, por meio de aluguéis. Entretanto, as reformas em prol da urbanização, nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, “Reforma Pereira Passos” e São Paulo-SP, com a instituição da Lei do Inquilinato, promoveram a valorização dos lotes com desvencilhamento dos inquilinos e a venda destes imóveis, de acordo com Bonduki (2011, p.724.). Esta situação veio impulsionar a verticalização em São Paulo-SP.

Assim, a classe trabalhadora ‘espontaneamente’ teve que se refugiar nos subúrbios e empreenderem a casa própria por meio da autoconstrução. Desta forma, a população urbana crescente passa a conviver com serviços urbanos e moradias precárias. Assim, no Brasil, o Governo Federal por meio das habitações populares tenta “solucionar” o déficit habitacional com programas e políticas oficiais estatais de habitação.

Vale citar a criação em 1964, do Banco Nacional da Habitação (BNH). De acordo com Maricato (1979, p. 80), o banco foi criado com o objetivo de resolver o problema do déficit habitacional, que centralizava vultosos recursos e repassava para diferentes agentes privados ou públicos.

Observa-se que o BNH optou por investir nas habitações de alto e médio custo e em obras de infraestrutura, se afastando da habitação popular e deixando a classe menos favorecida à margem na cidade, em loteamentos periféricos, clandestinos ou favelas.

Assim, esta carência habitacional permaneceu décadas no esquecimento, até que recentes políticas habitacionais, mais especificamente no ano de 2009, trouxeram com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a reprodução em massa das habitações, com a proposta de atender novos moradores.

Observa-se que a problemática habitacional está relacionada ao modo de produção e às relações tecidas na urbe, pois as políticas habitacionais criam seus produtos, ou seja, as habitações populares que interagem com o entorno, no aspecto de infraestrutura e serviços urbanos.

---

<sup>1</sup> “[...] processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas.”. (HARVEY, 2006, p. 169).

**2 JUSTIFICATIVA**

No Brasil preconiza-se a casa própria, desde a época do Estado Novo e prevalece este estímulo de subjetivação e “naturalização”, com sua máxima exemplificada em um dos maiores programas de obtenção de moradias populares do Governo Federal, PMCMV. Esta “naturalização” evidencia-se no próprio nome do programa que utiliza o pronome possessivo feminino “Minha”, de forma subjetivada.

Conforme Gusmão (2013, p. 66), o pronome possessivo, no caso feminino, “Minha” + adjetivo ou substantivo, pode representar os seguintes significados: forma respeitosa, afetiva, irônica ou aproximativa. Portanto, os fragmentos “Minha Casa”, “Minha Vida”, apresenta um uso afetivo do vocativo com o uso do pronome feminino [“Minha” + substantivo].

Desta forma a aquisição da casa própria por meio do PMCMV passa subjetivamente um ‘eu lírico’ saudoso pela ausência de moradia, uma forma do Governo Federal subjetivamente criar uma relação de afetividade com a população, em outras palavras, um populismo incutido, uma estratégia de polidez positiva.

Entretanto, é sabido que a casa própria não é a única forma de adquirir a moradia popular, pois assim ocorre em outros países. Nos EUA, e.g. os custos da habitação são cobertos pelo salário dos trabalhadores. Na França e na Inglaterra o Estado produz ou financia habitações populares a preços acessíveis.

No entanto, no Brasil, como o salário não cobre os custos com a habitação e o Estado é manipulado pelos especuladores que controlam o mercado imobiliário, que dirigem os investimentos das camadas de alto poder aquisitivo, a classe trabalhadora supre as necessidades da habitação repetindo tradições rurais – herança cultural. Assim, ocorre um resgate aos padrões rurais, na ânsia de obter um abrigo, que contenha o indispensável para acolher a família, (MARICATO, 1979, p. 75 e 76).

Maricato (1979, p. 84), comenta que esta política nos bairros mais pobres na cidade de São Paulo-SP, faz com que 75% detenham a propriedade da casa em que vivem. Todavia, ao adquirir o imóvel nem sempre o projeto arquitetônico irá atender ao plano de necessidades das famílias, devido à diversidade de arranjos.

Sendo assim, após adquirir a casa própria fica a busca incessante de ampliar a habitação, algo que pode perdurar por toda uma vida. Todavia, esta busca de uma criação arquitetônica chega a ser utópica dada a rigidez dos elementos, dimensões do lote, materiais baratos, mão-de-obra não especializada e técnica rudimentar, que compõem o produto, Maricato (1979, p. 91) e vale acrescentar recursos reduzidos ou mesmo sua ausência.

Este modelo de “economia natural”, afirma Maricato (1979, p. 76), casa-se com o sistema capitalista, pois tem como uma de suas bases o seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

Portanto, apesar do déficit habitacional, as habitações populares de modo algum atendem os distintos arranjos familiares, visto que não existe um projeto arquitetônico específico para cada família. Assim, as construções são produções em massa, na maioria das vezes sem tecnologia e as ampliações ocorrem de forma espontânea e sem planejamento, por meio da autoconstrução.

### 3 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

A história da habitação de interesse social no Brasil sempre preconiza o paradoxo de atender a população de renda baixa com moradias em ampla escala, inicialmente construída pela iniciativa privada, dando origem aos cortiços e as casas geminadas.

Na era Vargas inicia-se a intervenção Estatal, que tem como um dos princípios resolver a questão urbana, na qual está inserida a questão habitacional. Neste período incentiva-se a obtenção da casa própria e surge o projeto nacional desenvolvimentista, na qual a habitação popular é vista como condição básica de reprodução da força de trabalho, sendo um fator de influência na industrialização do país. (BONDUKI, 2011, p. 73).

Neste momento surgem entidades públicas e privadas, com as construções de casas geminadas para os operários da indústria e posteriormente ocorre a verticalização, incentivada pela lei do inquilinato na cidade de São Paulo-SP. Surgem ainda, entidades como os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) e Fundação da Casa Popular (FCP), que restringem a construção da casa própria a determinado setor da sociedade.

Vale ressaltar que a classe trabalhadora excluída, sem casa própria, tenta resolver a carência habitacional por meio da autoconstrução, que segundo Gottdiener (1997, p.29), é resultado de um sistema capitalista, provedor de injustiças sociais, materializado no espaço com desigualdade.

Lojkin (1981, p.254) também descreve a organização da sociedade na cidade capitalista para produção, dividida em classes sociais e territorializadas no espaço de forma conflituosa. Marques (2004), afirma que "...o território é um dos fatores de reprodução da pobreza e deve ser critério na escolha dos alvos das políticas sociais". A configuração espacial urbana torna-se uma disparidade, na qual a localização da produção habitacional implica em segregação na urbe.

Em 1964, com o golpe militar, ações frustradas ocorrem no aspecto da habitação. Ações que, segundo Azevedo (1982, p. 59), são formas de os políticos aproveitarem a problemática habitacional, precursora do déficit, visto como potencial político para domínio da população com menor renda.

Esta contextualização resumida auxilia a pensar e a refletir a existência de interesses políticos na supremacia do déficit habitacional. Logo, pode se afirmar que o empobrecimento leva à precariedade das moradias, pois a verdadeira faixa de renda de zero a cinco salários mínimos, que mais necessita de habitação, torna-se excludente.

Desta maneira, o acesso à casa própria popular, desde sempre é dificultado. De acordo com Azevedo (1982, p. 62), cria-se o Banco Nacional da Habitação (BNH) com o objetivo de "[...] promover a construção e aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menos renda.". Entretanto, observa-se o acentuamento dos conflitos, dificultando o acesso das famílias de baixa renda e em contrapartida ocorre a criação de um grupo forte, de difícil contrariação dos interesses (bancos, construtores, financeiras e crédito imobiliário).

Karl Marx dizia que tudo se encontra em processo de mudança e que só por meio de conflitos a classe trabalhadora obterá uma nova realidade, visto que, a sociedade capitalista muito produz, mas a distribuição da produção é desigual, de modo a favorecer apenas os interesses da classe economicamente dominante.

Assim, surgem alguns apontamentos importantes quanto a acessibilidade, a renda e a produção habitacional. Primeiramente observou-se a respeito da acessibilidade ao imóvel popular, um interesse político em permanecer com a carência habitacional, pois o déficit facilita a manipulação da camada popular.

Vale ressaltar que a habitação é uma mercadoria de consumo privado cara, afirma Maricato (1997, p. 46), com preço acima dos salários médios, surgindo daí, a dificuldade de acesso e a necessidade de financiamento em longo prazo.

Diante do exposto, ainda que a área da casa seja reduzida, que necessite de ampliação, que a localização seja em áreas periféricas, degradadas e/ou em áreas de riscos, sem infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos essenciais (geralmente as dos empreendimentos habitacionais), a população carente aceita esta habitação, por ser esta a única forma de acessá-la.

Quanto à renda, os empreendimentos habitacionais não atingem os que realmente precisam de moradias, ou seja, as famílias com renda entre zero e cinco salários mínimos (faixa 1). Atualmente, o PMCMV, lançado em 2009, teve a previsão de produção de um milhão de moradias, com recursos orçamentários subsidiados em 26 milhões, exclusivos do setor privado, de acordo com (CARDOSO e SILVEIRA, 2011, p. 102). No entanto, este programa atende, em relação à proporção e produção, principalmente as faixas 2 e 3, quando comparado com a faixa 1.

Por último, com relação à produção habitacional, conforme Burguière (et al. 2016, p. 118), na última década, o Brasil passou por significativas expansões nas formas associativas, na qual as famílias interessadas poderiam autogerir os empreendimentos. Esta política de financiamento do Governo Federal teve início com o Programa Crédito Solidário em 2004, ampliado posteriormente em 2009, pelo PMCMV.

A produção da habitação autogerida, ou seja, as práticas econômicas solidárias proporcionam a produção de cidades democráticas e igualitárias, afirma Luciana Corrêa do Lago (BURGUIÈRE, et al. 2016, p. 6), vista a oportunidade de escolhas para ampliar o repertório arquitetônico e urbanístico.

Lago (2012) relata que a inserção de projetos habitacionais autogeridos pode indicar uma superação da periferia urbana. Esta seria uma forma de evitar a produção habitacional em larga escala, sem satisfação da realidade dos arranjos familiares e sem tecnologia de ponta e principalmente evitar a reprodução em série com projetos padronizados.

Segundo Singer (1998, p. 86), a falta de investimentos tecnológicos se deve ao fato de a cidade ter uma concentração abundante de força de trabalho a um preço muito baixo, o que reduz o interesse no desenvolvimento de técnicas de produção em massa, causando lentidão no avanço tecnológico, retardando a concentração do capital e preservando o caráter concorrencial de mercado.

O autor enfatiza, como exemplo, que a construção civil na produção residencial, com uso extenso da mão-de-obra sem qualificação e preço baixo, impede o investimento tecnológico na mecanização da atividade.

Logo, a população urbana crescente convive com serviços urbanos precários, com destaque na habitação, ou melhor, abrigos, pois de acordo com Maricato (1979, p. 73) a habitação popular é resolvida por meio da autoconstrução.

Por fim, a produção em massa acarreta a má qualidade das habitações, com ausência de habitabilidade. Isto nos permite chegar ao enfoque do artigo, sobre a provisão e ampliação da

habitação popular, sendo importante correlacionar à desigualdade de renda em um mundo subdesenvolvido capitalista.

### Desigualdade de Renda no Brasil

Sabe-se que a desigualdade na distribuição de renda tem aumentado ano a ano no Brasil. Para simplificar, poderíamos estratificar os tipos de renda, conforme o Quadro 1, na qual a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) apresenta oito estratos socioeconômicos de renda corrente:

Quadro 1: Estratos socioeconômicos no Brasil

GRUPOS DE RENDA DA POPULAÇÃO				
Classificação do Governo (SAE)			Novo critério a ser adotado pela Abep em 2014	
Grupo	Renda Per Capita	Renda Familiar	Grupo	Renda Média Familiar
Extremamente pobre	Até R\$ 81	Até R\$ 324	1	R\$ 854
Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 162	Até R\$ 648	2	R\$ 1.113
Vulnerável	Até R\$ 291	Até R\$ 1.164	3	R\$ 1.484
Baixa classe média	Até R\$ 441	Até R\$ 1.764	4	R\$ 2.674
Média classe média	Até R\$ 641	Até R\$ 2.564	5	R\$ 4.681
Alta classe média	Até R\$ 1.019	Até R\$ 4.076	6	R\$ 9.897
Baixa classe alta	Até 2.480	Até R\$ 9.920	7	R\$ 17.434
Alta classe alta	Acima de 2.480	Acima de R\$ 9.920	-	-

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), 2016.

Ao analisar o Quadro 1 e comparar com as faixas que o programa público de habitação, PMCMV atende, pode-se fazer uma analogia dos estratos sociais com a denominação faixa 1, 2 e 3, conforme demonstra a Tabela 1. O poder público é o responsável pelo principal meio de provisão habitacional, na qual define como:

[...] desconhecimento do quadro geral da produção e distribuição da habitação, que estamos aqui denominando provisão da habitação, formado pelas diversas tipologias resultantes de diferentes arranjos entre: o financiamento, a construção, a promoção, a comercialização, a participação da força de trabalho e o lugar ocupado pela propriedade da terra no contexto da regulação instituída (e praticada de forma discriminatória no Brasil e em toda América Latina) pela legislação de uso e ocupação do solo. (MARICATO, 2009, p. 35)

Harvey (2016, p. 30), ressalta que a “[...] casa é uma “mercadoria de alto custo”, que será usada durante muitos anos, e não consumida instantaneamente, como um produto alimentício”. Por este motivo as pessoas optam para o financiamento em longo prazo, mesmo que venham a pagar duas ou três casas com o valor dos juros. “O imóvel torna-se uma forma de poupança, um depósito do valor de troca feito por mim mesmo”.

Tabela 1: Comparativo estrato socioeconômicos SAE e classificação das faixas no PMCMV

FAIXA	GRUPO	RENDA FAMILIAR (SAE)	RENDA FAMILIAR (PMCMV)
1	Extremamente pobre	Até R\$ 324	Renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00
	Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 648	
	Vulnerável	Até R\$ 1.164	
	Baixa classe média	Até R\$ 1.764	
1,5	Média classe média	Até R\$ 2.564	Até R\$ 2.350,00
2	Alta classe média	Até R\$ 4.076	entre 2.351,00 e R\$ 3.600,00
3	Baixa classe alta	Até R\$ 9.920	renda bruta mensal acima de R\$ 3.600,00 e até R\$ 6.500,00
	Alta classe alta	Acima de R\$ 9.920	--

Fonte: Elaboração própria, 2016, com base em informações retiradas nas páginas da internet da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE, 2016) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Observa-se na Tabela 1 que os dois últimos estratos, a faixa 3, que compreende a baixa classe alta têm condições financeiras de obter a habitação, juntamente com a alta classe alta. Ambas têm condições de pagar pelos serviços de profissionais especializados na área da construção

civil, engenheiros e arquitetos. No entanto, o Governo Federal atende esta faixa com condições especiais de taxas de juros. O mesmo acontece com a faixa 2, alta classe média, que obtêm subsídios do Governo Federal para aquisição da casa própria.

Obter o imóvel neste caso significa, segundo Harvey (2016, p. 28) “[...] símbolo de *status* ou pertencimento social a um subgrupo, como sinal de riqueza e poder. Enquanto, a grande maioria depende dos programas públicos de habitação.

A faixa 1 corresponde aos estratos sociais: extremamente pobre, pobre, mas não extremamente pobre, vulnerável, baixa classe média e a faixa 1,5 representa a média classe média, sendo esta faixa uma novidade no PMCMV. Ambas as faixas precisam realizar um cadastro e participar de um sorteio para aquisição da casa própria.

Ao adquirir o imóvel, uma habitação de interesse social, estes estratos sociais de faixa 1 e 1,5 não têm acesso a profissionais da área técnica (engenheiros e arquitetos), apesar da Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, assegurar a estas famílias assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção da moradia.

Daí o surgimento dos movimentos sociais, que de acordo com Harvey, tentam criar um mundo com uma imagem diferente, mas necessária. Porém o autor alerta que cabe à oposição esperar e nos momentos de crise do capitalismo desdobrar estas contradições na busca de solucionar estas questões profundas.

Outra situação é solucionar a carência habitacional para as famílias que não adquirem a casa própria, que estão às margens da sociedade, ou seja, não alcançam a cidade formal, na qual os abrigos e ampliações ocorrem de forma espontânea. Afinal, afirma Maricato (2009, p. 36) “Toda família precisa de uma moradia. Todos moram em algum lugar [...]”.

Como as famílias resolvem a questão da moradia? Geralmente por meio de uma alternativa anticapitalista e informal, também conhecidos por abrigos, que podem ser do tipo mutirão em favelas, lotes irregulares, autoconstrução no lote irregular, enfim, uma expansão desordenada do espaço urbano. Assim, afirma Maricato (1979, p. 76) esta sobrevivência, ou seja, esta “economia natural” casa-se com o processo de expansão capitalista, que tem como uma de suas bases, o dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

Portanto, não cabe contestar plutocracia, Harvey (2016, p.26) afirma “[...] o papel dominante do valor de troca no fornecimento de um valor de uso como habitação, e.g. implica mudar a forma e o papel do dinheiro e modificar, ou mesmo abolir, o regime de direitos de propriedade privada com a qual estamos tão acostumados”.

### **Provisão e ampliação da habitação popular**

A alta classe alta e a faixa 3 ambas são detentoras de poder aquisitivo e não têm preocupação para construir e ampliar a casa própria, pois são assistidas por profissionais técnicos da construção civil. Já a classe que compreende a faixa 2, alguns podem ter acesso aos profissionais para uma futura ampliação da casa própria, entretanto, deparam-se com imóveis geminados, em pequenos lotes, que raramente atendem ao plano de necessidade das famílias. No caso da faixa 1 e 1,5 acredita-se que raramente o imóvel irá atender ao plano de necessidades da família e o acesso a assistência técnica é difícil, devido a renda familiar ser baixa e o poder público geralmente não disponibilizar mão-de-obra especializada, de engenheiros e arquitetos. Assim, os projetos são padronizados e as ampliações acontecem sem planejamento, de forma espontânea.

A situação torna-se mais complicada quando a camada menos privilegiada não é contemplada pela casa própria. Estas pessoas padecem com a ausência de infraestrutura e resolvem a carência habitacional alojando-se em regiões inadequadas, em áreas periféricas, dando origem à cidade informal, devido ao custo da habitação não ser compatível com sua renda.

[...] verifica-se uma sofisticação do processo de imbricação entre o Estado capitalista e o capital privado, na linha histórica de nossa formação sócio-econômica, em que a iniciativa privada se beneficia dos investimentos públicos em infra-estrutura e utilidades urbanas, de caráter coletivo, para realizar lucros de caráter privado em um novo momento de ação em fluxos de capitais em rede e desterritorializados e em uma nova relação espaço-temporal. No entanto, a questão central envolvida nesses empreendimentos se refere às operações imobiliárias esperadas para valorização do capital investido e os Grandes Projetos Urbanos são instrumentos eficazes para efetivar efeitos que sempre se mantêm invisíveis enquanto processos, mas que são bastante presentes na vida cotidiana, como os aumentos de preços de terrenos para a moradia, e.g.. (NEGRELOS, 2005, p. 71.)

Assim, perpetua-se a relação do Estado em prol dos grandes incorporadores, na qual a população pobre fica sem habitação ou em habitações precárias e sem infraestrutura, o que é um fato sintomático dentro da urbe.

Para esta camada que não atinge a cidade formal, o acesso à moradia ocorre com a construção dos abrigos, barracos muitas vezes levantados sozinhos ou por meio de autoconstrução e mutirões. Os materiais utilizados para construir e ampliar seus abrigos são chapas metálicas, madeira, lona, plástico, enfim, materiais descartados pela sociedade formal.

Essa é uma forma de vencer a problemática habitacional, por meio dos mutirões, que, segundo Maricato (1979, p. 71) é a cooperação entre pessoas, troca de favores, em um ambiente de solidariedade, visto como aspecto positivo, base espontânea de sobrevivência, ditado pela necessidade. Esta atividade diferencia-se das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho – ação anticapitalista.

No caso da ampliação, pode ocorrer a autoconstrução no final de semana por meio de um mutirão de familiares, vizinhos, amigos ou mesmo sozinho. Nesta logística de atender as famílias de baixa renda com habitação, surgem propostas como o mutirão autogerido, que é uma forma de provisão habitacional e que segundo Lopes (2006, p. 50), é sinônimo de política habitacional ou ainda “gestão da necessidade”.

[...] nessa lacuna que surge a rearticulação dos mecanismos clientelistas de provisão estatal de moradias – o sorteio, a venda de vagas nos mutirões, o atrelamento das lideranças pelo regime do escambo eleitoral, etc. –, só que, desta vez, legitimados por uma “política habitacional participativa. (MARICATO, 1979, p. 73)

Maricato (1979, p. 73) também desenvolve o conceito de autoconstrução para abranger o trabalho coletivo ou não e o processo de construção da casa própria ou não. Novamente, assim como Lopes (2006), a autora afirma que esta é a maneira da classe trabalhadora resolver a carência habitacional, devido aos salários insatisfatórios e não com políticas oficiais estatais

de habitação. Harvey (2016, p. 28) também afirma que as favelas foram construídas por meio da autoconstrução.

Outro meio de provisão habitacional é o cooperativismo, também anticapitalista e uma forma de negar o capital, segundo Baravelli (2007, p. 36), uma “cooperativa habitacional” é uma cooperativa de consumo mediante crédito mútuo: os associados criam uma incorporadora que potencializa a pequena poupança de cada um para contrair novos financiamentos e contratar no mercado os serviços necessários para construir a moradia dos cooperados.

Apesar da diversidade de cooperativas o importante é destacar: a substituição do “crédito” pela “ajuda” que acontece nas cooperativas de habitação por “ajuda mútua” implica que o que vai ser organizado e utilizado solidariamente não são as economias, mas a capacidade de trabalho dos associados. (BARAVELLI, 2007, p. 36).

Esta “ajuda mútua”, ou seja, trabalho em mutirão, autoconstrução e cooperativas são as formas que as populações de baixo poder aquisitivo conseguem acessar a casa própria e/ou abrigos, por conseguinte, realizar suas ampliações para atender um plano de necessidades.

Visto que estas ações da produção habitacional autogestionária são formas anticapitalistas, em vários casos, a atuação da comunidade interessada ocorre de forma participativa nas decisões projetuais, na gestão da obra e na execução das moradias por meio do mutirão.

#### 4 CONCLUSÕES

É interessante salientar que este trabalho teve apoio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFSP), *Campus* Presidente Epitácio, sendo fruto de uma disciplina desenvolvida pela docente no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP), como aluna especial. A disciplina intitulada *Habitação e Cidade. Plano, Projeto e Processo de Produção*, com enfoque na produção da habitação popular, sendo esta sempre vista do ponto de vista do consumo. As explanações da disciplina associadas as referências permitiram afirmar que o acesso à moradia, gera as lutas de classes socioeconômicas, devido à estrutura produtiva instalada pelo sistema capitalista.

Assim, a sociedade capitalista é o modo de produção, é uma macroestrutura baseada nas relações sociais de produção, movida pelo Estado, que divide a sociedade em classes socioeconômicas desiguais, que residem em um espaço urbano territorializado, de alto custo, que contribui com o aumento da carência habitacional.

Estas relações sociais ocorrem por meio da diferenciação social, algo interessante na organização da infraestrutura econômica da cidade, principalmente para aumentar a demanda do déficit habitacional, visto que quanto maior a força de trabalho, mais a economia se movimenta e assim, favorece o enriquecimento da classe economicamente dominante, de maneira a sempre aumentar seu patrimônio.

O inverso ocorre com a classe dominada, ou seja, a classe trabalhadora. Da mesma forma que o sistema capitalista gera ricos, ele também gera pobres, superexplorados e marginalizados, que não conseguem acessar a cidade, devido ao baixo poder aquisitivo que reflete em habitações precárias e paupérrimas, às margens, nas periferias, visto que os centros das cidades são áreas consolidadas com intensa especulação imobiliária.

Assim, para solucionar a questão habitacional resta-lhe a autoconstrução, na qual geralmente por falta de recursos, ficam subordinados a uma moradia com aspecto inacabado, em locais

sem infraestrutura urbana, ainda que na Constituição Federal esteja prevista a cidade para todos.

Infelizmente, na maioria das vezes, a classe pobre acessa a casa própria por meio autoempreendimento, por ausência de alternativas. A autoconstrução é interessante para resolver a problemática habitacional, desde que ocorra juntamente uma boa gestão e que esta seja participativa.

Desta forma, o planejamento pode vir a resultar no atendimento dos equipamentos e serviços urbanos, com um projeto arquitetônico que atenda os distintos arranjos familiares com perspectivas de ampliações das moradias. Somente desta forma, acredita-se na possibilidade de remodelar o subúrbio. Em suma, a provisão habitacional sempre existirá, pois, a carência habitacional é a motriz do sistema capitalista.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**: das cooperativas FUCVAM à associação de moradia unidos de vila nova cachoeirinha. Dissertação de mestrado, FAU - USP. São Paulo, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 344 p.

BRASIL. Lei Federal nº 11.888 de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm)>. Acesso em 03 dez. 2016.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/sobre-o-programa.html>>. Acesso em 03 dez. 2016.

BURGUIÈRE, Elsa. GHILARDI, Flávio Henrique, João Paulo Oliveira, HUGUENIN, Sandra Kokudai, SILVA, Valério da. **Produção social na moradia no Brasil**: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias. Realização Fundação CDDH Bento Rubião, ARCHE Consultoria Planejamento e Projetos; Colaboradores Luciana Corrêa do Lago, Ricardo de Gouvêa Corrêa, Paulo Horn Regal [et al.]. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. – 1 vol. (119 p.): ill. en coul., couv. ill. en coul. Disponível em: [http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook\\_file/livro\\_bentorubiao2016.pdf](http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/livro_bentorubiao2016.pdf). Acesso em: 11 jan. 2016.

CARDOSO, Adauto Lucio; SILVEIRA, Maria Cristina Bley. **O plano diretor e a política de habitação**. In: Os Planos Diretores Municipais Pós Estatuto da Cidade: Balanço Crítico e Perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: da Universidade de São Paulo, 1997.

GUSMÃO, Célia Regina Rodrigues. **“Seu insensível!”, “Nossa, meu anjo”**: descrição de possessivos sem valor de posse, em estruturas vocativas, não previstos em manuais de ensino de PL2E. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC. Departamento de Letras. Rio de Janeiro., 2013. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1112718\\_2013\\_completo.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1112718_2013_completo.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2013.

HARVEY. David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, p. 165-189, 2006.

HARVEY. David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

LAGO, Luciana Côrrea do. (org.). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica**. In: CARDOSO, A. L.; ABIKO, A. K. (Ed.) *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: ANTAC, 2006 (Coletânea HABITARE, v.5), p. 52-83.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução: a arquitetura possível**. In: MARICATO, E. A (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. *Cadernos Metrôpole*, n.21, p. 33-52, 2009.

MARQUES, Eduardo. **Sociólogo Eduardo Marques defende território como fator de reprodução da pobreza e diz que isso deveria basear os alvos de políticas sociais**. Redação Flávia Marreiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 de set. 2004.

NEGRELOS, Eulália Portela. **Técnica e Estratégia Política. Grandes Projetos Urbanos na Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada à FAU. São Paulo, 2005.

SANTO AMORE, Caio. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. In: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz Cruz, (org) Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook\\_file/mcmv\\_nacional2015.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2016, p. 11-27.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE. **Grupos de Renda da População**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.